

Financiamento das entidades sindicais

» ALMIR PAZZIANOTTO PINTO

Advogado, foi ministro do Trabalho e presidente do Tribunal Superior do Trabalho

A estrutura sindical pertence ao rol das matérias de caráter constitucional e legal de relevante interesse para trabalhadores, empregadores e milhares de sindicatos profissionais e patronais.

Alicerçada no art. 8º da Constituição da República (CR), está comprometida pela quantidade incomum de entidades de primeiro grau. A pulverização resultou da criação de sindicatos artificiais, pelo indiscriminado registro de organizações da mesma categoria, nos últimos anos. O princípio da unicidade sindical viu-se repetidamente violado, suscitando inúteis protestos por parte dos prejudicados.

A Lei nº 13.467, de 2017, não extinguiu a contribuição sindical obrigatória, paga uma vez ao ano por associados e não associados. Tratou de convertê-la em voluntária. Os resultados foram de imediato sofridos por parte de associações sindicais privadas de vital fonte de custeio.

Os candidatos à Presidência da República evitaram enfrentar os problemas trabalhistas. De maneira geral, prometeram gerar emprego e renda, mas sempre com frases evasivas. A troca de ofensas e acusações não lhes permitiu se aprofundarem no momentoso tema, como é comum acontecer em disputas políticas.

No segundo turno, defrontar-se-ão Luiz Inácio Lula da Silva e Jair Bolsonaro. Egresso das Forças Armadas e ex-deputado por diversos partidos, Bolsonaro pouco tratou do assunto. Lula, porém, avisou que revogará a Reforma Trabalhista, sem revelar como pretende fazê-lo.

Em passado distante, Lula defendeu a autonomia de organização sindical. Combatida pelos pelegos da época em que presidiu o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e do Material Elétrico de São Bernardo do Campo e Diadema (1975-1980), adotou posição favorável à liberdade de associação, conforme prevê a Convenção nº 87 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), aprovada em junho de 1948, mas não ratificada pelo nosso governo.

Projeto destinado à revogação da Reforma Trabalhista exigirá sólida e convincente fundamentação. Apesar de alguns senões, a legislação deu

um passo adiante na indispensável e já tardia modernização da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Mesmo que se apresente bem fundamentada, a proposta de Lula enfrentará férreos obstáculos fora e dentro do Poder Legislativo.

Admitindo-se, por absurdo, que venha a ser aprovada, a revogação não devolverá à vida dispositivos legais revogados ou reformados da CLT, relativos ao desconto e recolhimento da Contribuição Sindical (Capítulo III, do Título V, da CLT — Da Organização Sindical). Quem assim o determina é o art. 2º, § 3º, da Lei de Introdução ao Código Civil (Decreto-Lei nº 4.657, de 1942).

Imagine-se, porém, que Lula resolva restabelecer a contribuição obrigatória por legislação nova. Preliminarmente, deverá decidir se a obrigatoriedade será restrita aos associados, ou abrangerá toda a categoria profissional. Nessa hipótese, por se tratar de legislação posterior à Constituição de 1988, o projeto enfrentará o art. 5º, XX, segundo o qual “ninguém poderá ser compelido a associar-se ou permanecer associado” (a qualquer modalidade de associação), e o inciso V do art. 8º, cujo texto diz “ninguém será obrigado a filiar-se ou manter-se filiado a sindicato”.

O Precedente Normativo nº 119, do Tribunal Superior do Trabalho, e a Súmula nº 666, do Supremo Tribunal Federal, impedem a cobrança de contribuições de qualquer natureza e espécie a empregados não filiados à entidade sindical, representativa da correspondente categoria profissional ou econômica. O dever de contribuir é limitado a associados. Por seu lado, a cobrança exclusiva aos associados reverterá à situação anterior e, talvez, provoque fugas do quadro associativo.

A questão não é simples. Exige demorada reflexão. O retorno ao desconto compulsório de um dia de salário, em favor do sindicato, talvez traga resultados indesejados. O problema do financiamento das entidades sindicais é grave, urgente, está na ordem do dia. Deve ser solucionado, mas de maneira aceitável por trabalhadores e patrões, para que o sindicalismo não pereça por falta de recursos. Dentro, porém, do ordenamento constitucional. Operário e sindicalista, se eleito Lula, arcará com o desafio do financiamento de milhares de sindicatos, sobretudo profissionais, em crise por falta de dinheiro. Será muito cobrado pelas entidades sindicais que o elegeram.

De volta a um círculo virtuoso

» LUIZ FRANÇA

Presidente da Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (Abrainc)

O brasileiro traz o otimismo em seu DNA, mas quando os números sinalizam um horizonte positivo, esse sentimento ganha novo vigor. E admitamos: precisamos disso. Depois de um 2020 avassalador e um 2021 em que todos precisaram empenhar energia extra para se reconstruir e voltar a crescer, 2022 começou com a economia ainda estagnada e previsões cautelosas, indicando um movimento ascendente tímido.

De acordo com análises do Fundo Monetário Internacional (FMI) e de consultorias brasileiras, nossa economia deveria crescer pouco mais de 0,5%. Entretanto, o desempenho econômico ao longo do ano vem trazendo perspectivas cada vez mais positivas. A projeção de crescimento do PIB foi novamente revisada para cima, indicando um crescimento de até 2,5%. Sob uma ótica macroeconômica, isso significa que já respiramos melhor e essa melhora, aos poucos, alcançará boa parte da população.

O momento é propício para um balanço da atual situação econômica. Por um lado, temos um conturbado cenário internacional, com uma guerra entre Rússia e Ucrânia, em que o fim ainda parece estar longe. Somam-se a isso as incertezas inerentes ao ano eleitoral, com disputa polarizada e resultado incerto. Porém, quando nos deparamos com os resultados econômicos começamos a ter motivos para ficarmos mais confiantes.

Um primeiro dado que merece atenção é a geração de empregos. Mais que um estrato socioeconômico, trabalho afeta diretamente a dignidade e a sobrevivência das pessoas. Então, qualquer melhora nesse pilar é significativa. A taxa de desemprego no Brasil, que chegou a 14,8% em 2021, caiu para 9,1% em julho, o menor patamar para o período desde 2015. Essa é a maior queda no desemprego entre os países do G20. Quando avaliamos o setor da construção, dados do Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) indicam que no primeiro semestre de 2022 foram gerados 184,7 mil empregos formais, 8% a mais em relação a dezembro de 2021.

Nesse processo de recuperação econômica, a construção civil exerce papel fundamental. No segundo trimestre de 2022, o setor cresceu 9,5% em relação ao mesmo período do ano passado. O protagonismo da construção fica ainda mais evidenciado quando consideramos que ele responde por cerca de 10% do total de empregos gerados, 9% de todos os tributos pagos e movimenta 97 atividades produtivas.

Os indicadores setoriais também são animadores. O total de novos imóveis comercializados em 2022 (até maio) aumentou 26% em relação ao mesmo período de 2021. Novas medidas anunciadas pelo governo para o Programa Casa Verde Amarela vão propiciar melhores condições de financiamento para as famílias de baixa renda e ampliar o acesso à moradia aos mais pobres. Casa própria é um dos sonhos mais presentes na vida das pessoas: representa desenvolvimento social, melhora a qualidade de vida e se traduz em profundo sentimento de segurança. O combate ao déficit habitacional de 7,8 milhões de famílias é, sem dúvida, um grande desafio que o país precisa enfrentar.

Outro ponto positivo é que a inflação começa a dar sinais claros de arrefecimento. O mercado já projeta uma curva futura de juros e inflação em patamares mais baixos, conforme pesquisa realizada pelo Banco Central, no Boletim Focus. Em julho (-0,68%) e agosto (-0,36%) já foram registradas quedas na inflação mensal, refletindo que o ciclo de alta inflacionária pode estar perto do fim. Cabe aqui destacar o importante papel desempenhado pelo Banco Central, responsável pela política monetária, que se antecipou, em relação aos principais bancos centrais externos, permitindo que possamos ser um dos primeiros países a controlar a inflação.

Finalizando, tivemos a melhora na relação Dívida Bruta/PIB. Depois de preocupantes 90% em dezembro de 2020, em março deste ano recuou para 78%. O controle do gasto público vem se mostrando mais efetivo e o percentual de (Despesa com Pessoal/PIB) atingiu no último trimestre a menor relação dos últimos 30 anos (3,6%). A aprovação da Reforma Administrativa, ainda este ano, seria um passo fundamental para melhorar o equilíbrio fiscal no longo prazo.

Esse cenário, ilustrado pelos números relacionados, reforça nossa confiança em um futuro promissor para a economia brasileira. Podemos vislumbrar um ambiente mais favorável aos negócios e investimentos, melhorando o tripé oportunidades, empregos e renda para toda a população. E o setor da construção certamente será um dos grandes protagonistas nesse processo.



MAURE

Meu pecador favorito

» OTÁVIO RÊGO BASTOS

General da Reserva, foi chefe do Centro de Comunicação Social do Exército

Chegamos a 15 dias das eleições e analistas dos mais variados espectros ideológicos e formação acadêmica ainda se debruçam sobre pranchetas estatísticas e compêndios antropológicos tentando compreender os cordéis que dominam a formulação da opinião e como esse juízo de valor se transforma em voto nas urnas.

Manuel Castells, em seu livro *Ruptura, a crise da democracia liberal*, advoga que a emoção é o centro de gravidade dessa discussão. Segundo o pensador espanhol, as emoções coletivas são como as águas que descem das montanhas em seu caminho para o mar.

Quando se deparam com um bloqueio em seu fluxo natural, abrem novas vias, se afinilam, ganham força, desbarrancam margens até preencherem os espaços de uma ordem pré-estabelecida com uma nova ordem inquietante.

Nos últimos 10 anos as emoções foram sendo impedidas, em vários momentos, de seguir o curso normal, resultando em nova praça de discussão da política. Desde a virada do século 21, a luta pelo poder nas sociedades democráticas vem se transformando e perpassa pelo controle das opiniões na mídia, pela política do escândalo e pela autonomia comunicacional dos cidadãos.

Essa transformação se deve à perda de vigor do projeto de poder anterior que defendia a cultura das elites ilustradas, humanistas, apartidárias, a economia social de mercado e que davam prioridade aos valores europeus nascidos com a derrota das autocracias após a segunda guerra mundial.

Como lembrou Castells: um projeto de despotismo esclarecido no qual o aforismo se transformou em: “tudo para o povo, mas sem o povo”. O novo populismo se aproveitou desse desleixo e

passou a atuar direto nas pessoas, injetando como combustível das demandas sociais o sentimento de rechaço ao descaso assumido pelas lideranças ocidentais no pós-guerra fria.

A construção da realidade pessoal e por conseguinte as decisões que o indivíduo assume dependem dos sinais que recebe e troca dentro desses universos. O “eu acho que...”, pouco a pouco, vai se tornando a ideia força. E depois que ela entra fluente na argumentação do indivíduo pouco há a fazer para que se consiga uma mudança de opinião.

A política é fundamentalmente emocional. Na próxima ronda eleitoral não fugirá à regra. A emoção estará presente na formação da opinião e na escolha entre o homem e a ideia.

Nada de projetos bem elaborados, propostas críveis e análise de riscos versus potencialidades. Apenas uma impressão: gosto dele ou não gosto dele. Diante dessa simplicidade de escolha, os gladiadores na arena política colocam sua tropa principal para a missão de destruir a imagem do adversário e quebrar a confiança da opinião do eleitor sobre o oponente.

Estatisticamente, as mensagens negativas são cinco vezes mais eficazes que as positivas em sua influência na transformação. Eis a razão de tanto ódio, mentira e desinformação espargidos na propaganda eleitoral.

Todavia, essa tática não está surtindo efeito nas campanhas à Presidência da República. O rio das emoções estancou diante da hora da verdade. Perdeu o impulso da transformação. O passado rege o presente para certificar a decisão já tomada.

Na luta que se estabeleceu entre o bem e o mal, sem que se saiba quem é quem, as pessoas não se incomodam com veleidades do tipo

conservadores versus progressistas, estatizantes versus privatizantes, Estado laico versus religioso, armamentistas versus pacifistas, ambientalistas versus desmatadores.

Simplemente, elas acabam preferindo seu pecador em vez do pecador do vizinho, sem muito pensar. E, como todos são pecadores, essa mácula “juvenil” acaba sendo desconsiderada.

Os cidadãos selecionam e defendem as informações que recebem em função das suas convicções anteriores, aprofundadas em solo adubado de emoções. A deliberação racional na disputa eleitoral passou a ser secundária.

O mundo da pós-verdade ajuda nessas posturas decompondo o cenário para chegar a uma solitária variável: a minha verdade é a única verdade. Eis, portanto, a razão para ainda assistirmos a muitas brigas até o enter final, mas o resultado delas pouco influenciará no desfecho em 30 de outubro.

Como disse, a política é fundamentalmente emocional, por mais que isso incomode os racionalistas ancorados em um iluminismo demodé que perdeu o brilho com o crescimento do populismo multicolorido.

Os ventos de uma nova era estão batendo à porta. A pintura está se delineando. Muito cedo para perceber os traços firmes do rosto que ela representará. Mas bons pintores preparam a base na tela de linho já pensando no que virá adiante.

É na base da tela com as cores cinzentas da dúvida que poderão surgir os bosques que mudarão as mentes e por meio delas as instituições. A sociedade, mesmo tomada de emoção, precisará enxergar o futuro pincelado desde o agora. O voto no segundo turno será o início dessa obra de arte. Bom trabalho. Paz e bem.